

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 673, DE 2005

Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PASTOR FRANKEMBERGEN

I - RELATÓRIO

Nos termos do artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso, por meio da Mensagem em epígrafe, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Na conformidade do Artigo 1º do presente Acordo, as Partes obrigam-se a entregar, reciprocamente, as pessoas que se encontrem nos seus respectivos territórios e que sejam procuradas pelas autoridades competentes da outra Parte para responderem a processo criminal já em curso ou para cumprirem uma pena privativa de liberdade.

Darão causa à extradicação os fatos tipificados como delito segundo as leis do Estado requerente e do Estado requerido, os quais sejam puníveis em ambos os Estados com pena privativa de liberdade de duração mínima igual ou superior a um ano. Se a extradicação for requerida para a



CF6D5AF700

execução de uma sentença, exige-se também que a parte da pena ainda por cumprir não seja inferior a um ano.

O artigo 5º estabelece que a extradição não será concedida por delitos que o Estado requerido considere políticos ou relacionados a outros delitos de natureza política. São excluídos da definição de crime político, além de outros: atentar contra a vida ou causar a morte de um Chefe de Estado ou de Governo ou de outras autoridades nacionais ou locais ou de seus familiares; genocídio; atos de natureza terrorista.

Tampouco será concedida a extradição por delitos de natureza militar., quando a pessoa reclamada deva ser julgada no Estado requerente por um Tribunal de Exceção ou *ad hoc*, quando a pena ou ação estejam prescritas ou quando a pessoa reclamada for menor de dezoito anos na época da prática do fato ou dos fatos pelos quais é reclamada.

O pedido de extradição deverá ser apresentado por via diplomática. O procedimento será regulado pela legislação do Estado requerido. Quando se tratar de indivíduo não condenado, o pedido de extradição deverá ser acompanhado de original ou cópia do mandado de prisão ou de ato de processo criminal equivalente, conforme a legislação do Estado requerido, emanado de autoridade competente.

O artigo 26 disciplina a extradição simplificada ou voluntária, a qual poderá ser concedida se a pessoa reclamada, com a devida assistência jurídica e perante a autoridade judicial do Estado requerido, declarar sua expressa anuência em se entregar ao Estado requerente, depois de haver sido informada do seu direito a um procedimento formal de extradição e da proteção que tal direito encerra.

Por derradeiro, cumpre destacar que, nos termos do artigo 29, o Estado requerido poderá denegar o pedido de extradição quando o seu cumprimento for contrário à segurança, à ordem pública ou a outros interesses essenciais do Estado requerido.

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a troca



dos instrumentos de ratificação.

II - VOTO DO RELATOR

O Tratado de Extradicação entre Brasil e Angola, ora sob análise, consagra dispositivos clássicos dos textos internacionais de sua espécie. Nesse contexto, representa importante instrumento de cooperação jurídica entre os dois países.

Informa-nos a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores de que o presente Acordo torna mais eficaz o combate ao crime, em especial ao crime organizado transnacional e que o Brasil tem buscado o aprofundamento das relações jurídicas com aquele país africano. Como ilustração de tais informações, é fato que, além do presente Acordo, está sob apreciação do Congresso o Acordo entre Brasil e Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado no mesmo local e data.

Após cuidadosa análise, nada encontramos no texto que impeça sua aprovação por esta Casa. Assim, somos pela aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir.



Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado PASTOR FRANKEMBERGEN
Relator



CF6D5AF700

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2005**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1 Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2005.



CF6D5AF700

Deputado PASTOR FRANKEMBERGEN
Relator



CF6D5AF700